

DESUMANIZAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS E SUA REPRESENTAÇÃO NA MÍDIA E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: EXPLORANDO ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITOS E CAMINHOS PARA UMA REPRESENTAÇÃO POSITIVA⁰¹

DEHUMANIZATION OF INDIGENOUS PEOPLES AND THEIR PORTRAYAL IN BRAZILIAN MEDIA AND SOCIETY: EXAMINING STEREOTYPES, PREJUDICES, AND PATHWAYS TO POSITIVE REPRESENTATION

Lucas Effgem de Holanda⁰²

RESUMO

O presente estudo analisa o processo de desumanização dos povos indígenas brasileiros, focando nas formas de representações midiáticas e sociais dos povos nativos, que surgiram na era da ditadura e perduram até hoje, perpetuando estereótipos prejudiciais.

A pesquisa aborda o processo de marginalização dos povos originários, com foco na ditadura militar, especialmente o Serviço de Proteção ao Índio, e o relatório Figueiredo, além do papel da mídia na construção da imagem do “índio selvagem”.

O principal objetivo é entender como esses estereótipos afetam a autoestima e identidade cultural desses povos, propondo formas de reverter essas representações. A Metodologia adotada é a qualitativa, com análise de arquivos governamentais e artigos acadêmicos.

O estudo procura contribuir para uma mudança na forma como a sociedade e o Estado percebem e tratam os povos nativos.

Palavras-chave: Povos Originários; Desumanização; Relatório Figueiredo; Ditadura Militar; Representações Sociais

01 Resumo apresentado ao GT Direitos humanos e povos originários, no V Congresso Internacional DHJUS – Justiça, democracia e Igualdade Social. Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

02 Graduando em Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com interesse em atuar na área da advocacia. Possui compreensão razoável do inglês e já participou de congressos relevantes para a sociedade acadêmica regional, apresentando resumos expandidos e artigos sobre temas relevantes no campo jurídico. Comprometido com o desenvolvimento acadêmico e profissional, busca aprimorar suas habilidades e conhecimentos para contribuir de forma significativa na área do Direito. lucaseffgemdeholanda377@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7331924160430131>

ABSTRACT

The present study analyzes the process of dehumanization of Brazilian indigenous peoples, aiming to understand the forms of media and social representations of native peoples. The research also addresses the process of marginalization of original peoples, focusing on the military dictatorship, especially the Indian Protection Service, and the Figueiredo report. The main objective is to understand how these stereotypes affect the cultural identity of these people, designing ways to reverse these representations. As for methodological procedures, the research method adopted is qualitative, with analysis of documents provided by the government and academic articles. Ultimately, the research looks for ways to change the way society and the state perceive and treat native peoples.

Keywords: Indigenous Peoples; Dehumanization; Figueiredo Report; Military Dictatorship; Social Representations

INTRODUÇÃO

A forma que um povo é apresentado para o restante da sociedade é o que define como eles vão ser tratados, se for passada uma imagem de um povo civilizado, com cultura própria e independente, as pessoas verão essa outra sociedade com bons olhos. O contrário também é verdadeiro, caso uma sociedade diferente seja apresentada como primitiva, brutal e com uma “cultura bárbara”, ela consequentemente será considerada má e seu extermínio pode ser tolerado.

Essa máxima pode ser observada acontecendo com o mesmo tipo de povo em todo o globo, historicamente associada a ações de grupos europeus em contextos coloniais. Os exemplos mais claros são o do povo africano que foi escravizado e bestializado pelos europeus, o mesmo aconteceu com os povos pré-colombianos, como os incas e maias, que também foram dizimados por povos europeus.

Essa ideia eurocêntrica e colonialista ultrapassada mudou a forma que os povos originários de suas terras são vistos, e essa influência pode ser sentida até hoje, mas de forma velada, por meio de estereótipos e de preconceitos.

Um projeto de assimilação e da marginalização de um povo aos moldes do modelo europeu aconteceu no Brasil durante a ditadura e do processo de colonização do norte do país. Centenas de tribos nativas brasileiras foram exterminadas, com toda a força da palavra. A bestialização e desumanização do nativo brasileiro aconteceu para legitimar a ação do estado ao favorecer os colonos e os auxiliar a tomar as terras, que antes eram dos indígenas.

Todo esse processo foi documentado no relatório Figueiredo em 1967, mas passou anos perdido e veio aparecer aos olhos de todos somente em 2012, mais de 40 anos depois de sua criação, e é importante ressaltar que esse processo nunca parou nem se enfraqueceu e pode ser visto até no presente.

É de suma importância estudar e procurar compreender o processo de desumanização dos povos originários brasileiros pois seus efeitos podem ser sentidos até nos tempos contemporâneos, na forma de discriminação, preconceitos e estereótipos retrógrados e que mancham a cultura desses povos. É de extrema importância revisar a imagem que o povo brasileiro tem das populações indígenas e o Estado tem papel fundamental de mudar a forma que o povo nativo brasileiro é representado tanto institucionalmente quanto também na mídia.

O principal propósito desta pesquisa é investigar, identificar e examinar as diferentes maneiras de desumanização enfrentadas pelos povos originários no ambiente midiático e social, analisando como tais representações impactam a visão pública, as políticas governamentais e as interações sociais. Além disso, busca-se compreender os efeitos psicossociais dessas representações nas comunidades indígenas, incluindo seu impacto na autoestima, identidade cultural e bem-estar geral.

Em meio ao cenário em que os povos indígenas são frequentemente apresentados de forma estereotipada, preconceituosa e desumanizada, é fundamental compreender profundamente as razões por trás dessas representações, como surgiu o projeto de desumanização e dos preconceitos e estereótipos.

O objetivo final é propor formas de promover uma representação mais positiva e justa dos povos originários na mídia e mudar a visão da sociedade sobre os povos nativos. Por meio da reflexão crítica sobre os processos de representação existentes, busca-se contribuir para uma mudança significativa na forma como os povos originários são percebidos e tratados em diversos âmbitos da sociedade.

Neste estudo, é adotado o método de pesquisa qualitativa. Isso significa que a atenção do estudo foi direcionada para uma compreensão mais aprofundada do tema em questão por meio da análise minuciosa e interpretativa de dados não quantificáveis. Para isso, optei por duas fontes principais de informação: arquivos governamentais e artigos publicados em revistas renomadas.

Ao examinar os arquivos governamentais, busquei compreender as políticas, processos e decisões relacionadas ao assunto em análise, investigando documentos oficiais, relatórios e comunicações internas. Além disso, ao analisar os artigos de revistas renomadas, procurei obter uma visão abrangente das

perspectivas acadêmicas sobre o tema, identificando debates, teorias e descobertas pertinentes.

Essa abordagem qualitativa permitiu-me explorar diversas perspectivas, interpretar dados complexos e obter insights significativos sobre o tema em questão. Isso contribuiu para uma compreensão mais profunda e contextualizada do assunto.

Bases teóricas

Para entender por que os povos indígenas são tratados como menos que humanos no Brasil, é preciso usar diferentes teorias, especialmente as ideias de Michel Foucault sobre poder.

Foucault diz que podemos compreender o poder observando como ele funciona e como molda as nossas ideias e relacionamentos, ele não fala apenas sobre política formal, mas também sobre como o poder funciona na sociedade (ALBUQUERQUE, 1995). Usando as teorias de Foucault, vemos como o poder cria histórias e ideias tendenciosas. Ele quer que perguntemos não apenas quem tem o poder, mas também como os indivíduos e os grupos o mantêm em funcionamento.

Também podemos aprender com a teoria crítica, os estudos pós-coloniais e a sociologia da mídia. Isto auxilia a pesquisa no sentido de ver como o poder, o colonialismo e os meios de comunicação moldam a forma como os povos indígenas são tratados.

Deve-se também considerar as teorias e os estudos criados por antropólogos com trabalhos consistentes e que estudaram a fundo a condição dos indígenas no Brasil e a sua relação com os outros brasileiros, antropólogos renomados como Herbert Baldus, além da visão de antropólogos indígenas como Francineia Fontes Baniwa e Nelly Marubo.

Povos originários, o processo de bestialização e o relatório Figueiredo

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado em 1910, o decreto 10.652 de 1942, que regulava as funções do SPI, estabelecia logo no seu primeiro artigo que a função final dessa instituição era prestar proteção ao nativo e amparar seu direito a vida, liberdade e propriedade e com a principal função de o proteger do extermínio. A atuação do SPI nas terras indígenas foi um tanto paradoxal, já que o que aconteceu foi justamente o oposto do previsto por lei.

Historicamente o povo nativo brasileiro sempre foi alvo de ataques e tentativas de assimilação por meio da língua, da demonização da cultura e da marginalização socioeconômica. No instante que os portugueses desembarcaram em Salvador e a informação chegou em Portugal, grupos de católicos jesuítas foram enviados ao Brasil para “civilizar” os povos nativos. De primeiro momento as tribos tiveram que aprender uma nova língua, mas a situação foi escalando até que eles perdessem sua religião, cultura e por fim sua liberdade.

Os movimentos colonizatórios no ocidente frequentemente estão intrinsecamente ligados com questões econômicas subjacentes. Pode-se observar acontecendo no século XV com a descoberta do Brasil e a descaracterização das comunidades nativas, o seu fim era claramente econômico pois tinha o objetivo de transformar os indígenas em consumidores dos produtos europeus e paralelamente utilizá-los como força de trabalho.

Da mesma forma, a aniquilação dos povos nativos no século XX novamente se deu por razões econômicas. Logo após o golpe militar de 64, em razão da inflação econômica que a ditadura herdou das administrações passadas, o presidente Castelo Branco implementou uma política de corte de gastos e voltou a política indigenista para a área empresarial, a SPI, que era responsável pelos povos nativos na época, imediatamente passou a se valer de suas prerrogativas para explorar economicamente das terras indígenas e passou a ser autossustentável parando de dar custos ao governo.

Em seguida a essa mudança de direção, o SPI passou a rifar as terras indígenas do norte e centro-oeste para os trabalhadores do nordeste, sul e sudeste, rapidamente o número de colonos no Norte cresceu e conseqüentemente os conflitos entre os fazendeiros e os nativos disparou, tanto que, não são poucos os ataques contra aldeias indígenas feita pelos “donos de terras” que estão registradas no relatório Figueiredo. O Serviço de Proteção ao Índio nada fazia diante dessa situação lamentável, já que era economicamente vantajoso para o Estado que os povos indígenas saíssem das suas terras para dar lugar a hectares de plantações, das quais os nativos não tinham direito nem as sementes (STAUFFER, 1959).

Foi nesse ambiente que a corrupção dentro do SPI cresceu, e, para legitimar a desapropriação das terras indígenas, foi iniciado o projeto de desumanizar/demonizar o indígena e o rebaixar ao mais selvagem dos seres vivos, tudo isso com o apoio da mídia impressa, que incentivava a criação de estereótipos e conseqüentemente o medo e o preconceito contra o povo nativo do Brasil.

Um dos maiores mitos que foram criados acerca dos nativos era de que eles praticavam a antropofagia, o que não era totalmente verdade, ainda sim, esse mito foi espalhado aos quatro cantos do Brasil e muito apoiado pela mídia da

época. No próprio relatório Figueiredo (BRASIL, 1967) é possível identificar o relato de um dos ex-diretores do SPI, afirmando que as notícias de antropofagia na tribo dos Pacaás Novas eram sensacionalistas e ainda ironiza afirmando que até entre os “civilizados” havia pessoas que tinham essa prática quando tomados pela raiva.

Existem inúmeros fatores que levam as comunidades mais isoladas cometerem a antropofagia e essas situações são intensivamente estudadas pela antropologia e a filosofia, mas o fato é que os boatos sobre tribos canibais habitando o norte do país não passou de mais uma maneira de demonizar os nativos na imaginação do brasileiro comum e servia para tirar do nativo a sua humanidade e o relegando a pecha de primitivo e um animal sem raciocínio.

No mesmo sentido do que foi exposto, Carlos Benitez Trinidad (2018, p. 9) assevera que: O canibalismo contribuía para a conformação inumana do estranho, da alteridade. Servia para tirar dele sua humanidade, já que um homem que devora outro homem não podia ser completamente humano, assim passava a ser percebido com uma máscara de bestialidade que dava corpo a sua inumanidade e, por isso, seguia vigente ainda durante a época da ditadura. Tal imagem era usada com ligeireza por políticos e servidores.

Em resumo, durante o período da ditadura, a mídia foi complacente com as ações do serviço de proteção ao índio e teve um papel fundamental para a formação dos estereótipos na mente da população brasileira, além de ser um canal direto para que os agentes da SPI se comuniquem com o povo com o objetivo de plantar medo e desconfiança na mente das pessoas.

O papel da mídia e a desumanização do povo indígena durante a ditadura

É interessante analisar o papel que o “Jornal do Brasil” teve durante o processo de colonização do norte e oeste do país. Este jornal manteve sempre um posicionamento político a direita e chegou a apoiar o golpe de 64, era contra as reformas de base, que era vista pelo jornal como radicais, e muitas vezes se utilizou da retórica da “defesa da democracia” para instigar os militares a tomarem o poder. Durante a ditadura militar, antes do AI-5, ora exaltava os feitos do governo, ora fazia críticas veladas, mas o que chama mais atenção foi sua atuação durante o período que a SPI promoveu a desumanização e o extermínio dos povos indígenas.

O Jornal do Brasil adotou uma postura de denúncia na maioria de suas matérias sobre a situação dos indígenas, entretanto, sempre deixava implícito a relação dicotômica entre os “civilizados” e os nativos, constantemente se referia

aos nativos como “semivivos”, além das representações gráficas que faziam dos indígenas, sempre os representando como “primitivos” e como “preguiçosos”, fruto da visão estereotipada que existia acerca dos nativos.

Na visão dos jornalistas que viram a situação enfrentada pelos povos originários, eles só estavam nessa condição degradante por “não reclamar de um estado de coisas que lhes dá uma condição de raça inferior [...] falta de trabalho, e com isso muitos índios, entregues ao lazer, se tornam uns imprestáveis” (PORTELLA, 1965, p. 44).

Por causa desse estereótipo, que os próprios jornalistas da época compartilhavam, o nativo brasileiro não era considerado “gente” pelos sertanejos e caboclos que vieram para colonizar o norte e o oeste do Brasil (BRASIL, 1967). Foi justamente com a criação e a validação desse estereótipo pela mídia que facilitou a redução drástica da população de nativos durante o século XX e é fundamental observar que essa visão deturpada ainda tem vigência hoje, não é difícil encontrar quem nos centros econômicos do Brasil não tenha a ideia das tribos amazônicas e do índio primitivo andando nu, morando em uma oca e comendo carne humana, é justamente essa visão deturpada que dificulta que os indígenas tenham pleno exercício dos direitos a sua cultura, religião e terras.

Muitos são os estereótipos que ainda encontram lugar na mente da população e que reafirma a existência de um projeto estatal para desumanizar os nativos e validar o extermínio de milhares de povos indígenas.

Por fim é necessário analisar a influência que o relatório Figueiredo teve e sua importância ao revelar o genocídio perpetrado pelo próprio Estado contra as populações indígenas no século XX.

Em 1967 o governo já tinha ciência do que estava acontecendo com as tribos indígenas, a SPI e com a FUNAI, tanto que foi instaurada uma CPI em 1967. A comissão, para apurar os fatos, percorreu mais de 16.000 KM visitando cada um dos postos do SPI, não apenas na Amazônia, mas por todo o Brasil. Com essa pesquisa, os parlamentares produziram mais de sete mil páginas, relatando os crimes praticados contra as populações indígenas. Sob liderança de Jader Figueiredo, o relatório foi produzido e entregue para o governo.

Em 1968 o acusação foi considerada procedente e na época gerou muita discussão internacionalmente (SANT’ANNA et al, 2018), chamada de “maior escândalo do século” pela imprensa da época.

Infelizmente, é de conhecimento geral que essa CPI não deu fim a visão desenvolvimentista do governo acerca dos nativos, já que o relatório é um tanto parcial pois denuncia apenas as atividades ilegais cometidas pelos agentes

do SPI e dos fazendeiros, enquanto esconde os atos ilegais cometidos pelo governo da época.

Até que em 1968, com a instauração do AI-5, a ditadura militar se fortaleceu ainda mais, o que levou o arquivamento do processo. Devido a essa intervenção, este relatório foi dado como perdido por quase 40 anos, até que, misteriosamente, foi encontrado no museu do índio em 2012. A descoberta do relatório Figueiredo foi o estopim para a criação da comissão da verdade que tinha o objetivo de esclarecer e reparar os danos que o Estado causou aos indígenas.

Considerações especiais

Em síntese, a pesquisa futura sobre a desumanização dos povos originários e sua representação na mídia e na sociedade brasileira é de suma importância para a reconstrução da identidade dos nativos, sem estereótipos e preconceitos. Ao promover um estudo aprofundado sobre o tema os direitos dos povos nativos são fortalecidos e promove-se a justiça social, devolvendo a humanidade do indígena e aumentando a diversidade cultural do país.

A solução a vista para a mudança da perspectiva da sociedade quanto a cultura e sociedade indígenas passa pela promoção de eventos culturais, como festivais, apoiadas pelas associações culturais de cada estado e do SESC, nos principais locais de encontro de pessoas das cidades, tomando como exemplo, o Estrada de Ferro Madeira Mamoré, um centro cultural para toda a população de Porto Velho.

Aliada aos eventos culturais, a educação e conscientização é o principal meio de mudança dos vetores sociais, com campanhas de conscientização pública, incorporação de histórias dos povos nativos no currículo escolar e parcerias do ministério da educação com lideranças indígenas, a visão da população em geral pode convergir para um ponto mais positivo e menos preconceituoso sobre os povos originários.

Também é necessário a transformação das produções midiáticas, com o objetivo de mudar a forma como a mídia costuma representar o povo nativo brasileiro, com o apoio a produções de conteúdo cinematográfico ou literário sobre a cultura indígena, para garantir aos indígenas posições de destaque nos meios de comunicação.

As contribuições da criação de uma linha de pesquisa sobre o assunto abrangem desde o enriquecimento do debate acadêmico até a sensibilização pública e a formulação de novas políticas inclusivas, que combatam estereótipos e preconceitos que ainda estão arraigados na sociedade brasileira.

Para o futuro é essencial seguir ampliando o conhecimento sobre o tema com o objetivo final de criar uma representação mais respeitosa e empática dos povos indígenas, dessa forma construindo uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Interior. Relatório Figueiredo. In: Brasil Doc. Belo Horizonte: UFMG, 1967. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura--militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do--interior-relatorio-figueiredo>. Acesso em: 20 fev. 2024

ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*, v. 7, n. 1-2, p. 105-110, out. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/B5x4ypvScSqMBJsb6hchGHD/>. Acesso em: 20 fev. 2024

BARRETO DE ARAÚJO, R. O relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213, 2018. DOI:10.22456/1982-6524.83428. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/83428>. Acesso em: 06 fev. 2024

OLIVEIRA, Aline Nóbrega de. Civilização ou barbárie? a política estatal de extermínio indígena no relatório Figueiredo (1967-1968). 70 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22874>. Acesso em: 25 fev. 2024

TRINIDAD, C. B. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. *Open Edition Journals*, v. 43, n. 1, p. 257-284, 20 fev. 2018. DOI: 10.4000/aa.2986. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/2986#-tocto2n2>. Acesso em: 13 fev. 2024

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 73-96, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107270. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270>. Acesso em: 25 fev. 2024.

PORTELLA, Juvenal. Rondon, 75 anos depois: no caminho dos semivivos. *Jornal do Brasil*, Ed. 136, p.44. 1965. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=Rondon&pasta=ano%201965\edicao%2000136&pagfis=69775. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. II. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/imagens/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024